

Sumário

Introdução.....	1
1. O Poder de Punir e a Pena de Prisão – Aspecto Histórico.....	5
1.1 A Pena de Prisão no Brasil: do Império à República	6
1.2 Discursos Justificantes da Pena: para além da Análise Conceitual das Teorias da Pena	19
1.3 Controle Social e Matriz Punitiva: Realidade Latino-Americana da Prisão como Instrumento Central de Política Criminal	44
1.4 Conclusões Preliminares.....	62
2. A Natureza Jurídica do Cumprimento da Pena de Prisão no Brasil (Vértice Punitivo)	65
2.1 Conceito e Pressupostos Analíticos da Dogmática Penal (Teoria do Delito X Teoria da Pena/Culpa X Pena): a Pena de Prisão Analisada pelo Viés Executivo das Teorias da Pena	66
2.2 A Teoria Agnóstica da Pena: Problemas a Serem Superados.....	77
2.3 A Reinvenção da Prisão em David Garland	88
2.3.1 Revivificação do Previdenciário Penal em David Garland	93
2.3.2 Programa Propiciador de Condições para Reintegração Social do Indivíduo	95
2.4 A Teoria Dialética da Pena de Claus Roxin.....	101
2.5 Modelo Formal – Preconizado	107
2.5.1 Plano Interno.....	108
2.5.2 Plano Externo.....	109
2.6 Modelo Informal – Praticado: a Simbiose entre a Pena e a Sanção Disciplinar.....	118
2.6.1 Práticas Disciplinares Formais (Disciplina Endógena)	122
2.6.2 Práticas Disciplinares Informais (Disciplina Exógena)	128
2.7 Conclusões Preliminares	131

3. A Taxonomia Constitucional da Pena de Prisão (Vértice Hermenêutico).....	135
3.1 Alocação Constitucional da Pena de Prisão	143
3.2 Absenteísmo Funcional da Pena e Reserva de Constituição: Há Previsão Constitucional acerca da Função da Pena de Prisão?	146
3.3 A Hermenêutica (Penal) Constitucional	152
3.3.1 Princípio Constitucional da Individualização da Pena	156
3.3.1.1 Núcleo Essencial da Garantia Fundamental à Individualização da Pena.....	161
3.3.2 A Hermenêutica (Penal) Constitucional: Análise Histórica do Processo de Elaboração da Pena de Prisão pelo Constituinte de 1988.....	167
3.3.2.1 Processo de Elaboração do Texto Constitucional de 1988: Antecedente Histórico	170
3.3.2.2 Anteprojeto Afonso Arinos e a Pena de Prisão.....	171
3.3.2.3 Dos Trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte	173
3.3.3 A Hermenêutica (Penal) Constitucional: Análise Sistemática do Texto Constitucional	183
3.3.4 A Hermenêutica (Penal) Constitucional: Análise Integrativa das Leis e dos Tratados Internacionais, Receptividade Constitucional e Direito Comparado	190
3.3.4.1 Integração e Receptividade das Leis	191
3.3.4.2 Integração e Receptividade dos Tratados Internacionais.....	204
3.3.4.3 Direito Comparado.....	219
3.3.5 A Hermenêutica (Penal) Constitucional: Supremacia da Norma Constitucional e Força Normativa do Texto Constitucional....	224
3.4 Reforma Legislativa: a (In)Viabilidade de Sedimentar, no Âmbito Constitucional, a Finalidade Precípua da Pena de Prisão	229
3.5 Conclusões Preliminares.....	233
Conclusão.....	239
Referências	243